



H0984

USO DO TERRITÓRIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS: O CASO DO PROJETO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE (TAV) CAMPINAS/SÃO PAULO/RIO DE JANEIRO

Luciano Pereira Duarte Silva (Bolsista SAE/UNICAMP) e Prof. Dr. Marcio Antonio Cataia (Orientador), Instituto de Geociências - IG, UNICAMP

Objetivamos analisar o processo político de implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligaria as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Para tanto, partimos do pressuposto de que o espaço geográfico, sinônimo de território usado, é constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos (trem de alta velocidade, estações e o meio ambiente construído) e de sistemas de ações (Estado, ANTT, a consultoria Halcrow-Sinergia e empresas como Alstom, Bombardier e Siemens). A instalação de uma obra de engenharia no território, desde sua concepção e projeto, até seu funcionamento final, é guiada por um conjunto de escolhas com comprometimento futuro, ou seja, por uma política. A concepção do Projeto TAV é realizada prioritariamente num circuito político no qual os agentes são hegemônicos e objetivam apropriar-se do território para usá-lo como um recurso privado. Além da miríade de agentes que se voltam sobre o projeto em questão, outros elementos como volume de capital investido, competitividade com os outros modais de transportes existentes e a densidade técnico-científica desse objeto, relevam o grau de grandeza que teria tal prótese territorial. Por outro lado, o preço das passagens e a localização das estações revelam sua pequenez, no que tange a abrangência da população que poderia utilizá-lo. Tal paradoxo revela a perpetuidade da desigualdade sócio-espacial que vigora no território brasileiro.

Uso do território - Políticas territoriais - Modais de transporte